

FLEXIBILIDADE: EXIGÊNCIA DO HABITAT CONTEMPORÂNEO

FLEXIBILITY: A CONTEMPORARY HABITAT DEMAND

Prof. Ms. Joan Villà
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie

A idéia de "habitação mínima", tal como foi concebida no ambiente da *Bauhaus* e assumida por Walter Gropius no Congresso Urbanístico de Bruxelas, em 1930, pretendia tanto do ponto de vista econômico como construtivo, se constituir na condição básica de uma nova sociedade, onde o coletivo e o público prevaleceriam sobre o individual e o privado.

Sempre será necessário recordar todo um cenário político e social europeu, e que teria ressonâncias importantes em outros contextos geográficos, imediatamente antes e depois da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918):

- a existência de diversas correntes anarquistas e socialistas que envolviam setores importantes da intelectualidade europeia e que animavam o movimento operário em vários países da Europa e se expressavam na luta e organização sindical e partidária, apontando ora para uma reforma da sociedade e do Estado, ora para a construção de uma nova sociedade.
- a forte implantação da social democracia na sociedade alemã, principalmente como decorrência da crise gerada pela guerra e agravada pela derrota da Alemanha. Trazendo a perda de mercados, a desestruturação da produção industrial, o estado falimentar da economia, a inflação, a desarticulação do Estado em meio à destruição de importantes infra-estruturas e de áreas urbanas e rurais.
- o impacto cultural e político que a Revolução Soviética e a construção de uma sociedade socialista, produziu principalmente nos primeiros anos, a partir de 1917, e que atingiu de forma especial os meios intelectuais e os movimentos dos trabalhadores.

Evidentemente a escola de Arquitetura e de Artes Aplicadas – a *Bauhaus* – que Gropius criou em 1919 e dirigiu até 1928, não só não ficou alheia a todos estes acontecimentos, como eles tiveram uma importância decisiva na evolução e desenvolvimento de seu programa.

Se desde o princípio, estiveram presentes na *Bauhaus* os ideais do Werkbund alemão, relacionado com o movimento de William Morris – o Arts and Crafts – que se propunha estabelecer a ligação entre o mundo da arte e o da produção e que, para tal e, enquanto escola, objetivava a formação de profissionais idealizadores de formas dentro de uma perspectiva de ser o trabalho em sua essência, uma atividade social. Trabalhadores-artistas desenvolvendo processos e produtos, tendo por base o princípio da cooperação. Se desde o princípio, portanto, a *Bauhaus* trabalhava com a idéia do caráter social da arte, não como ideal a cumprir mas, como uma condição da própria natureza do trabalho artístico, encontrou em

sua estrutura pedagógica e nos seus próprios objetivos, o fio condutor de todas as transformações sociais, econômicas e políticas do seu momento e do seu entorno.

Sem abandonar em nenhum momento suas atenções voltadas para as Artes Aplicadas e a Arquitetura, ganharam ênfase as temáticas da indústria, da construção, da habitação popular e do urbanismo.

A utopia da construção de uma nova sociedade que, de alguma forma, estava presente no Werkbund do século XIX, adquire a radicalidade das transformações pleiteadas no século XX.

Uma frase extraída de um artigo de Siegfried Giedion, após a inauguração do pequeno bairro de Wiesenhof, em Stuttgart, com a construção de edifícios habitacionais projetados por arquitetos da qualidade de J.J.P.Oud, Mies van der Rohe, Le Corbusier, Peter Behrens, Walter Gropius, Bruno Taut, Hans Scharoun e outros, nos dá uma idéia do otimismo provocado por aquele acontecimento:

*“O bairro residencial de Wiesenhof, coloca em evidência duas grandes mudanças: a transição do método artesão à industrialização e a profecia de uma nova maneira de viver”.*¹

Wiesenhof foi a celebração de arquitetos de uma geração, uma mostra modesta, mas, contundente do futuro possível de uma arquitetura nova para uma nova sociedade e, para a *Bauhaus*, a confirmação construída de seus princípios e objetivo enquanto Escola.

A “habitação mínima” concebida como o que deveria ser um espaço para abrigar as mínimas necessidades existenciais, foi desde o início pensada como unidade de um edifício de habitação coletiva, que propunha uma nova relação entre a moradia e a vida social. Com a cidade, portanto.

Cidade pensada com outra densidade, outra escala, onde os edifícios de habitação coletiva foram projetados com a centralização dos diversos serviços e infra-estruturas, e integrados aos espaços de reunião e das mais diversas formas de convivência nos âmbitos da cultura, da educação, do esporte, da recreação e do lazer, bem como do abastecimento, do comércio e do transporte.

A idéia era clara. Trazendo-a para o nosso contexto e na atualidade, seria algo semelhante a morar num pequeno apartamento no bairro de Copacabana. No pequeno apartamento, pensado e medido ergonomicamente para precisas ações e usos, todo e qualquer espaço é efetivamente habitado. Lá fora, a partir do limiar da porta do edifício, a vida magnífica da cidade densamente habitada com todos os seus benefícios. Interior e exterior intimamente relacionados. Um, extensão e complemento do outro.

Hoje, a idéia comum que se tem da habitação mínima é dada mais pelos resultados que se produziram.

Ressalvadas algumas raras exceções, realizadas durante os anos de reconstrução das cidades européias, após a Segunda Guerra Mundial, até mesmo o limitado conceito do ponto de vista urbano – o da Unidade de Vizinhança – foi abandonado. No caminho ficaram exemplos que cultuamos, como a Unité d’Habitation, de Marselha e o Conjunto do Pedregulho, no Rio de Janeiro. Projetos com as qualidades da Ce-

cap, de Guarulhos e do Cafundá, no Rio de Janeiro, não se repetiram mais.

O que realmente ficou como idéia de “habitação mínima”, foi uma clara estratégia da sociedade capitalista para enfrentar, com poucos investimentos, a questão da habitação popular. No fim das contas, um incômodo problema.

Retirada da vida social sem as extensões que lhe poderiam, de forma complementar, dar sustentação ao pretendido mínimo existencial, mal responde às mínimas necessidades de sobrevivência, desarraigada que está da própria cidade, mesmo quando dentro dela.

Certamente não se realizou a profecia de Giedion quanto à nova maneira de viver que antevia no dia da inauguração do pequeno bairro de Wiesenhof. E quanto à transição do trabalho artesão à industrialização, ela tem se mostrado uma das mais longas transições.

Na realidade entre nós, de tão longa, acabou por criar um vazio gerado pelo desaparecimento das virtudes do trabalho artesão, sem que tenhamos podido alcançar os benefícios da industrialização que há tanto esperamos. Benefícios que percebemos ao observar os avanços tecnológicos de outros setores produtivos e que, de forma retardatária, vez ou outra são assimilados pela construção civil.

Esta situação é particularmente mais aguda no âmbito da habitação. Popular ou não.

E no que diz respeito à Arquitetura, quando a entendemos a partir da prática do ofício, como um fato em que projeto e construção não são de forma alguma dissociáveis, o atraso tecnológico compromete, de algum modo, os avanços projetuais.

Nos últimos anos esta situação de estagnação vem se agravando na medida em que, ao privilegiar a aparência, a maior preocupação do projeto arquitetônico para os edifícios residenciais se resumem na sua imagem global. Atender as exigências dos promotores, da legislação sempre restritiva e, se possível, e num segundo plano, tentar uma composição não conflitante com a cidade e o entorno imediato, são os grandes logros do projeto arquitetônico.

Este é o panorama nas áreas centrais. Já em alguns bairros e nas áreas periféricas, principalmente quando se trata de empreendimentos de maior escala, sejam eles públicos ou privados, e onde a disponibilidade de áreas mais extensas é maior, o projeto arquitetônico alarga mais sua ação, revelando volumetrias mais contundentes, ensaiando formas urbanas geradas pelos edifícios, especulando na forma e no uso das áreas não construídas.

Tudo isso e pouco além disso, revelam nossos projetos arquitetônicos no âmbito da habitação. Este é também o panorama da produção de nossas escolas de Arquitetura, nos melhores exemplos.

Todo esforço em promover a ruptura deste estado de inércia e quase conformismo, é uma questão que se impõe, principalmente na Universidade, na expectativa de mudanças há muito tempo necessárias e que só poderão ocorrer quando as condições se apresentarem, a partir do estudo e da reflexão capazes de impulsion-

ar, de forma especulativa, respostas projetuais para a superação deste estado de quase estagnação.

As dificuldades de promover as mudanças necessárias estão claramente expostas, e de forma sintética, num texto de Xavier Sust ².

“A habitação é um artefato conservador que pouco se presta às mudanças. É um dos bens mais arraigados nas pessoas, já que satisfaz uma de suas necessidades mais básicas: a de dispor de um espaço privado, de proteção e de descanso. Precisamos que a habitação seja um refúgio estável, seguro e tranqüilo. A habitação tem que ter uma vida longa e, por esta razão não pode estar subordinada a modas passageiras. A habitação tem que ser vendida e, como consequência, tem que ter uma formalização aceita pelo mercado. A habitação é um bem real, imóvel e hipotecável e, em última análise, um bem eminentemente conservador.”

Se, de modo geral podemos concordar com a existência de uma visão conservadora em relação à habitação, dominante talvez, mas não exclusiva. Se é indiscutível que a habitação tem que ter uma vida longa e que, portanto não pode se subordinar a modas passageiras, sob o risco de envelhecimento precoce – esta questão afeta, a nosso ver, toda a produção arquitetônica e não apenas a habitacional – temos que considerar também que o envelhecimento precoce não é produzido exclusivamente por “estilos”, promovidos a partir do marketing das empresas de promoção imobiliária, mas é produzido da mesma forma pela baixa qualidade construtiva. Sem contar que estilos e precariedade da construção são faces da mesma moeda.

Afinal, detalhes arquitetônicos e ornamentos não são a mesma coisa, na medida em que os primeiros são parte da própria natureza tectônica da obra, enquanto o ornamento é sempre uma sobreposição agregada à construção, portanto posterior. E são os ornamentos a metáfora grosseira do estilo.

² SUST, Xavier e PARICIO, Ignácio, “La vivienda contemporanea”, Barcelona, Instituto de Tecnologia de Construção da Catalunya –ITEC, 1998.

E há aí outra questão, que diz respeito ao valor de troca dentro do mercado, que relativiza a afirmação de Sust.

Afinal, qual é a formalização aceita pelo mercado, se ele mesmo potencia a venda e, a seguir, penaliza a revenda?

Temos exemplos desta manipulação. É só lembrar do estilo Mediterranée, que foi a pauta imobiliária dos lançamentos da década de 1970, em São Paulo, e hoje mais depreciados que seus contemporâneos sem aquela grife. O mesmo caminho começam a percorrer os Neoclássicos dos anos 90.

Estas últimas considerações, evidentemente, estão relacionadas com a imagem global do edifício de habitação.

Procuraremos refletir agora sobre seu interior e, de forma particular, sobre a unidade residencial. O refúgio estável, seguro e tranqüilo, espaço privado de proteção e descanso, segundo as palavras do mesmo Sust.

Gostaria de lembrar, de início, uma imagem cada vez mais freqüente nas ruas da maioria das grandes cidades brasileiras: a caçamba. Contenedor de entulho, resultante das demolições e reformas que os moradores se vêm obrigados a realizar para tentar adequar seu espaço de vivência.

Elas, as caçambas, presença cotidiana e cada vez em maior número, a ponto de começarem a disputar os espaços de estacionamento de veículos junto à calçada, são a demonstração mais cabal da inconsistência das formalizações impostas pelo mercado, alheio que está às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade.

Sucessivas pesquisas domiciliares, realizadas pelo IBGE, nos informam, entre outros dados, da ocupação das unidades residências em áreas centrais e nos bairros, que vem diminuindo década após década.

O mercado, entretanto, continua vendendo a localização do empreendimento habitacional, a área construída e o velho programa 1D, 2D, 3D e 4D. Além de status, segurança e etc. E a sociedade tem que enfrentar a difícil questão de adequar sua moradia à realidade que vive e que não é contemplada pela oferta imobiliária.

Vejamos algumas das questões mais importantes do quadro de mudanças que estão se processando na vida social e que deverão ser uma pauta de reflexão para propor alternativas às que são oferecidas até o momento.

§ O crescimento do número de mulheres que se incorporam ao mercado de trabalho e que, nos grandes centros urbanos, tende a se equiparar ao de homens.

§ A diminuição da natalidade e a redução do núcleo familiar.

§ O aumento do número de domicílios ocupados por uma só pessoa e por duas pessoas.

§ O aumento da expectativa de vida com o conseqüente envelhecimento da população.

§ A incorporação crescente de equipamentos domésticos de toda ordem e de equipamentos eletrônicos.

§ A diminuição crescente de domicílios assistidos por empregadas domésticas.

§ A tendência crescente de utilizar o próprio domicílio como lugar de trabalho.

Há ainda que considerar mudanças comportamentais e formas de convivência decorrentes de uma maior liberdade individual, a redução do tempo de permanência no mesmo domicílio, decorrentes das mudanças de local de trabalho e da mobilidade social e, evidentemente, as mudanças ao longo do tempo do número de membros da família.

A reflexão sobre cada um destes pontos e o aprofundamento das questões que implicam em necessidade de mudanças na organização do espaço habitado, poderá nos levar de imediato a dois tipos de conclusão:

1. a de que a maior parte das habitações em uso, de um lado, e as oferecidas pelo mercado imobiliário de outro, são inadequadas por responderem a padrões genéricos e muitas vezes anacrônicos, não contemplando a diversidade das necessidades de ocupação, uso e organização que a sociedade hoje requer.

2. a necessidade de montar pautas de reflexão que promovam estudos especial-

izados sobre a habitação, incentivando cada vez mais a organização de seminários e a criação de Centros de Estudo e de Laboratórios de Habitação. Fomentar as pesquisas de pós-uso com a finalidade voltada à especificidade das questões levantadas, visitar projetos e obras paradigmáticos para reencontrar qualidades e problemas não resolvidos, recuperar estudos e propostas já formuladas, repensando-as e, se necessário, continuá-las. Enfim, criar as condições de trabalho coletivo interdisciplinar que permitem propor alternativas às existentes e, sempre, a partir do ofício, centrar todo o esforço nas questões do projeto e da construção da habitação e todo o seu entorno, do urbanismo à tecnologia, com uma intenção claramente propositiva.

É o que tem que ser feito pelos arquitetos e pela universidade, nos níveis respectivos de sua função e responsabilidade social.

Por outro lado, a urgência com que estas questões se colocam é hoje muito maior, em função de uma tendência, já de tempo observada, da diminuição da área da habitação na maior parte dos centros urbanos.

O contínuo encarecimento do solo urbano é a causa desta redução de áreas e nada permite prever, antes pelo contrário, uma desaceleração deste processo a curto-médio prazo.

Será necessário e, por outro lado, inevitável reverter a tendência observada nos últimos anos, de ampliar os programas residenciais das classes médias com espaços especializados de novos usos (home theater e etc.) levando as plantas, cada vez mais compartimentadas, e, paradoxalmente, suas áreas cada vez mais reduzidas.

Esta contradição chegou ao seu limite.

As soluções para este problema virão através da descompartimentação, reduzindo o número de espaços de funções especializadas e substituindo-os por espaço adequado para uso multifuncional.

Uma vez mais a escassez deverá conduzir à sensatez.

Mudanças nos padrões de uso, ocupação e organização do espaço na moradia são, portanto, imprescindíveis diante da inexorável redução das áreas construídas, com a conseqüente otimização das áreas úteis.

Na mesma direção e reforçando esta tendência, um aumento da demanda por habitação em função de uma lenta, porém crescente redução da pobreza, esta parcela da população vem acessando o mercado imobiliário, ainda que com orçamentos obviamente mais limitados. Porém, com necessidades decorrentes das mudanças sociais em curso, antes mencionadas com o possível agravante de que ainda possui núcleos familiares maiores.

É preciso recordar, antes que a pobreza do panorama atual em contraposição à dimensão das mudanças necessárias acentuem a descrença e o pessimismo, que mudanças sempre foram promovidas pelo setor privado e, às vezes, com a clara percepção de importantes transformações sociais em andamento.

Um bom exemplo não tão distante foi a introdução no mercado imobiliário, de um apartamento mais compacto de dois dormitórios, com um terceiro "reversível". E

o que era o “reversível”? O pequeno dormitório da empregada doméstica situado de forma anexa à área de serviço e disposto de modo tal, na organização geral da planta, que a retirada de pequeno armário, permitia a ligação do ex-dormitório com o corredor da área íntima. O “novo” espaço assim conquistado, poderia servir como dormitório de solteiro, escritório, espaço de brincar, etc.

Foi um êxito imobiliário nos lançamentos dos anos 1970 e se mantém até hoje com bom nível de revenda.

O que conduziu esta operação de reversibilidade, foi a percepção de que havia já no momento uma tendência ao desaparecimento da figura da empregada residente e que, por outro lado, um apartamento assim concebido podia alargar sua aceitação no mercado por permitir o crescimento do núcleo familiar e o uso confortável do apartamento por um tempo maior. Bons projetos lograram, com habilidade, esta transformação.

De certo modo este exemplo nos interessa, não apenas para reforçar a crença em possibilidades de mudança a partir do projeto e do sistema privado de produção de habitação, mas porque se constitui numa clara operacionalização do conceito de flexibilidade.

Temos outros exemplos ao nosso redor, em que a flexibilização se faz presente, conduzida geralmente pelo morador.

Difícil, desconfortável, cara, são os preços que ele paga por uma compartimentação rígida e pesada, de um programa engessado por paredes de alvenaria. Para lograr a flexibilização de seu espaço, têm que recorrer à demolição, depois à construção e ao novo acabamento.

O caso mais freqüente é o aumento da sala de estar com a eliminação de um dormitório. Comum também, nos últimos anos, é o de incorporar a cozinha à sala, pela eliminação de outra parede, logrando ao mesmo tempo, um espaço de convivência maior, enriquecendo-o com uma área antes segregada, e acentuando seu caráter multifuncional.

Outra situação recorrente é o fechamento com vidro, dos terraços dispostos em fachada, para ampliar o espaço de estar, agregando muitas vezes outro uso neste novo ambiente. Esta operação, se não é propriamente um aumento da área construída, implica numa ampliação da área útil.

São inúmeros os exemplos que explicitam o esforço feito pelos moradores para flexibilizar seu espaço de vivência, incorporando novos usos, eliminando a compartimentação de espaços especializados em funções e integrando-os a espaços maiores com um caráter mais acentuadamente multifuncional, aumento das áreas úteis com a eliminação das áreas mortas ou pouco usadas.

Há um projeto, o Bairro Amarelo, em Berlin, que todos conhecemos por suas qualidades e por serem brasileiros seus autores.

Com uma proposta de intervenção, discreta, simples e de grande beleza, recuperou e deu nova vida a um velho conjunto habitacional, resultado do esforço de recon-

strução do Pós Guerra e da construção apressada de um projeto sem qualidades. De grandes proporções, uma coleção de velhos prismas iguais, recortados por pequenas aberturas sempre iguais.

Foram recuperados os acessos, as áreas livres e os edifícios habitacionais. Surpreende a comparação entre o antes e o depois, ao ver liberados dos pesados muros de pequenas aberturas, as famílias de trabalhadores antes enclausuradas em apartamentos sombrios.

Rasgos nas alvenarias da fachada aumentaram a dimensão vertical das janelas, até assumirem as dimensões de portas-balcão, permitindo o acesso a novos terraços cobertos em construção delicada de madeira, fixados nos velhos muros portantes de alvenaria.

Com esta simples operação, os apartamentos ganharam luminosidade e ventilação, e viram aumentada sua área útil.

O conjunto, antes anônimo, ganhou a personalidade que a identidade de Bairro Amarelo lhe deu.

Muitos dos velhos conjuntos de cidades brasileiras esperam por sua vez.

Aos novos, auguramos um futuro melhor.

Os exemplos citados, restritos pela brevidade de um artigo, poderão suscitar, entretanto a lembrança de outros. A todos eles caberá estudar e compreender, para ter referências mais seguras do que as pessoas precisam e desejam.

As novas propostas de habitação deverão nascer do reconhecimento da experiência do passado, da crítica radical da situação presente, das necessidades concretas da sociedade atual e do avanço técnico-construtivo que pode permitir hoje uma melhor resolução de propostas que no passado foram um pouco mais do que conceitos.

Finalizando, procuraremos sistematizar e clarificar alguns conceitos que foram sendo utilizados na descrição dos exemplos citados.

Entendemos por flexibilidade em arquitetura, toda configuração construtiva e formal que permita uma diversidade de formas de uso, ocupação e organização do espaço, ao longo da vida do edifício, como resposta às múltiplas e mutáveis exigências da sociedade sobre o Habitat Contemporâneo.

Entendemos ainda que há uma grande diversidade de exigências, situações e contextos que, ao serem abordados a partir do projeto, permitem adotar um conjunto de estratégias das quais comentamos as mais freqüentes para a consecução da flexibilidade.

§ privilegiar a organização que permita a multifuncionalidade dos espaços sem transformá-los.

§ procurar a redução, ao máximo possível, da compartimentação, incorporando divisórias móveis ou removíveis.

§ desenvolver todas as possibilidades de acrescentar novos espaços aos pré-existentes.

§ e, finalmente, identificar claramente os componentes estruturais e infra-estruturais, de carácter fixo e básico, e separá-los dos componentes de compartimentação e acabamento, que podem ser incorporados ao longo do tempo.

Joan Villà

¹ GIEDION, Siegfried; " L'Exposition de Werkbund a Stuttgart", 1927,"La Cité de Wiesenhof", Architecture Vivante, Paris, 1928

² SUST, Xavier e PARICIO, Ignácio, "La vivienda contenporanea", Barcelona, Instituto de Tecnologia de Construção da Catalunya –ITEC, 1998.

BIBLIOGRAFIA:

ARGAN, Giulio Carlo, "Walter Gropius y el Bauhaus", Buenos Aires, Ed.Nueva Visión, 1961

BRUNA, Paulo; "Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento", São Paulo, Editora Perspectiva, 2002

DUPIRE, A.; "Deux Essais sur la Construction", Bruxelas, Pierre Mardaga Ed., 1981

E.P.A. – OEEC, " Modular Coordination in Building", Paris, 1959

FUSCO, Renato De; "Avanguardia e Sperimentalismo nella storia dell'architettura Moderna", Milano, Fratelli Fabri Ed., 1967

GIEDION, Siegfried; "Espacio Tiempo y Arquitectura", Barcelona, Ed. Científica Médica, 1961

MONTANER, Josep Maria, "Después del Movimiento Moderno", Barcelona, Ed.Gustavo Gili,2002

PARICIO, Ignácio SUST, Xavier, "La vivienda contenporanea", Barcelona, ITEC, 1998

PARICIO, Ignacio , FUMADO, Joan Lluís "El tendido de las instalaciones", Barcelona, Editora Bisagra, 1999

RESUMO

O entendimento da flexibilidade, como toda configuração construtiva ou formal que permita uma diversidade de formas de uso e ocupação do espaço ao longo da vida do edifício, como resposta às múltiplas e mutáveis exigências do habitat contemporâneo.

Discutem-se os meios mais freqüentes para qualificar a flexibilidade a partir do ofício de projetar:

- § a organização que permita a multifuncionalidade dos espaços, sem a necessidade de transformá-los;
- § a redução, ao máximo possível, da compartimentação incorporando divisórias móveis ou removíveis;
- § a possibilidade de acrescentar novos espaços aos pré-existentes;
- § e, finalmente, a distinção e separação entre componentes estruturais e infra-estruturais, de caráter fixo e básico e os de compartimentação e acabamento, que podem ser incorporados ao longo do tempo.

Palavras-chave: **Flexibilidade - Multifuncionalidade - Habitat**

ABSTRACT

The understanding of flexibility, wether formal or constructive configuration, that permits a diversity way of space occupation and use, during the building's life, as an answers to the multiples and mutables contemporary habitat demanding.

To dicuss the frequent tools to quality the flexibility trthrough the project act:

- *an organization that aloud the multifunction space, without trasforming it;*
- *the reduction, as best as possible, of setorization by incorporating moveble or removeble walls;*
- *the oissibility of creating new spaces from the pre existents;*
- *and, finally, the distinction and separation between structural and infra-structural components, in fixed and basic caracter and the compartimentation and finishing components, that can be incorporated as time goes by.*

Key-words: **FKLEXIBILITY - MULTIFUNCTION - HABITAT**

